

O CAMINHO PERCORRIDO PARA PROMOVER O PROCESSO DE INCLUSÃO DE UM ALUNO NÃO VERBAL E COMPROMETIMENTO MOTOR NO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Ana Cláudia Lima

Secretaria Municipal de Educação de Guaçuí – ES

RESUMO:

São muitas as barreiras significativas que impedem o aluno não verbal de acessar o currículo de base comum. Quando um aluno com paralisia cerebral chega à escola, com alterações no tônus muscular e com as funções de articular a fala comprometida é necessário um fazer pedagógico individualizado para garantir acesso e construir uma estrutura educacional que lhe permita aprender o que é ensinado quanto ao currículo do ano que frequenta. O presente texto apresenta considerações acerca da ação pedagógica realizada na sala de recurso – DV direcionada a um aluno com deficiência física e auditiva, não verbal, da rede regular de ensino, no 1º Ano do Ensino Fundamental como também o apoio pedagógico ofertado a sua professora da sala regular, a cuidadora e a família. No contexto da política de educação inclusiva apresentamos as adaptações de currículo e de material utilizados para garantir a apropriação dos conteúdos e permitir o acesso à comunicação em todos os espaços de sua vivência. Para dar acesso ao currículo ao aluno G. o uso da Tecnologia Assistiva - especificamente o recurso de Comunicação Aumentativa e Alternativa – CAA foi utilizado pela primeira vez em nossa rede de ensino abrangendo o ambiente escolar, o familiar e a preparação do material para uso em sala regular e em casa.

PALAVRAS CHAVES: COMUNICAÇÃO AUMENTATIVA E ALTERNATIVA. ADAPTAÇÃO CURRICULAR. TRABALHO COLABORATIVO.

INTRODUÇÃO

O princípio que rege a educação inclusiva é o de que todos devem aprender juntos, levando em consideração as dificuldades e diferenças, existentes entre os alunos de uma mesma turma. A escola inclusiva educa todos os alunos, proporciona programas educacionais apropriados às reais necessidades e capacidades, prevê apoio e assistência de que possam necessitar para a inclusão. Assim, a escola inclusiva é o espaço do qual todos pertencem, são apoiados e aceitos independentemente da condição física, intelectual ou social (OLIVEIRA, acesso em 17 jul. 2016).

Para atender a demanda de alunos não verbais que são matriculados nas redes de ensino é preciso pensar A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu art. 58 e Jesus (acesso em 15 jul. 2016), ressalta que a

mesma nos convoca a reorganizar os sistemas de ensino com vistas a assegurar aos alunos com necessidades educacionais especiais por deficiência com currículos, métodos, técnicas, recursos educativos, organizações específicas, profissionais especialistas e professores capacitados para garantir o desenvolvimento educacional desses alunos.

Nunes (2011) nos diz que para uma escola se qualifique como inclusiva deve necessariamente prover condições para que todo e qualquer aluno se aproprie dos elementos e processos culturais e não apenas se constitua num ambiente de socialização. Considerando que este espaço deve permitir ampla oportunidade de aprendizagem a todos que por ela adentram é preciso pensar no processo de inclusão e acesso de um aluno não verbal na prática pedagógica do cotidiano escolar.

Segundo Gonçalves (2008), se começamos a discutir a inclusão escolar dentro da dimensão ampla da educação e fomentarmos uma ação política que passe a instituir uma prática educativa que busque contemplar a diversidade humana, estaremos caminhando na estrada das reflexões que poderão ajudar-nos a criar rupturas às condições históricas que estamos vivendo.

A ruptura de condições históricas de alunos não verbais com paralisia cerebral que frequentam o espaço escolar é o foco do nosso trabalho. Melo (Acesso em 15 jul. 2016), nos relata que muitas vezes, o alunocom paralisia cerebral é tratado como um ser incapaz, como inútil e, até mesmo, como uma pessoa deficiente mental, sem que isto seja uma realidade.

Segundo Schirmer (2008), o prejuízo na comunicação traz muitas dificuldades para esse aluno, dificuldades essas que muitas vezes determinam o seu futuro. Esse aluno tem dificuldades para se comunicar com seus professores e colegas, dificuldades que o impedem de ter acesso ao material pedagógico e escolar, dificuldades na avaliação da sua cognição e, frequentemente, esses alunos com deficiência física são percebidos, erroneamente, como deficientes mentais.

Correia (2013),nos diz com respeito à comunicação, que, se para alguns ela se dá num processo natural, para outros, como no caso dos sujeitos com graves comprometimentos motores e de fala, esta só fluirá em contextos, intencionalmente, organizados e com condições propícias para tal.

A acessibilidade na comunicação deve estabelecer estratégias para que a comunicação flua o mais naturalmente entre as pessoas que falam e as que não falam, articuladamente, e, continuando, ela diz que deve ser objetivo fundamental e ponto de partida para que nas relações sociais se minimizem as desigualdades entre os sujeitos que não “falam” (CORREIA, 2013).

Um dos recursos é o uso da Comunicação Ampliada/Alternativa (CAA), uma das modalidades de Tecnologia Assistiva, que atende pessoas sem fala ou escrita funcional ou com defasagem entre sua necessidade comunicativa e sua habilidade em falar e/ou escrever (SCHIRMER, 2008).

A CAA deve ser entendida como um instrumento para a autonomia e, como tal, para o relacionamento. Quando o usuário se apropria do recurso de CAA, isso

se torna um prolongamento do seu corpo, sua voz, sua fala e isso se reflete na sua capacidade de se relacionar com os outros e consigo mesmo (SCHIRMER, 2008).

Por meio das informações do aluno, dos profissionais da escola e do ambiente é possível estabelecer critérios para elaborar recursos com perspectivas funcionais que atendam às necessidades específicas do aluno com deficiência (ROCHA, 2012-2011).

Delgado (2011) nos relata que a criança não verbal pode sinalizar através de um sorriso, gesto, expressão facial ou até mesmo, por meio de uma figura/símbolo, o que deseja, mas esse repertório tem que ser expandido socialmente para que várias pessoas do seu cotidiano possam também compreendê-la.

Manzini (2013), diz que a inclusão da família do deficiente na área da Educação Especial vem sendo discutida como uma estratégia de intervenção. A participação das mães é essencial nos atendimentos na área da comunicação suplementar e/ou alternativa, pois elas são as que mais convivem com as crianças, sabendo seus desejos, vontades, centro de interesses e suas tarefas do cotidiano.

Para dar o devido crédito e importância à adaptação de material utilizando CAA como recurso pedagógico que garante aprendizagem ao aluno não verbal destacamos o que diz Schirmer (2011): fazer CAA na escola é buscar, com criatividade, uma alternativa para que o aluno realize o que deseja ou precisa, ou seja, se comunique, interaja e aprenda.

O presente trabalho tem por objetivo mostrar as ações, os recursos pedagógicos elaborados pela sala de recurso – DV, as adaptações de material e de currículo que foram utilizados junto a um aluno não verbal na sala de recurso – DV, na escola e junto aos seus familiares para introduzir recursos de CAA nos espaços de seu cotidiano no 1º Ano do Ensino Fundamental.

Para compreender como G. interagia, as estratégias utilizadas pela família, como ele mostrava suas necessidades e interesse foi preciso conhecê-lo através da percepção expressa por seus pais e irmãs. Um registro de tudo que ele faz uso para brincar, se alimentar e vestir foi realizado junto a família. Tudo o que foi dito por eles durante o ano foi registrado, utilizado para contextualizar algum momento de aprendizagem e estabelecer comunicação utilizando CAA no momento de contra turno. Junto a escola foi realizada uma conversa informal com a professora e a cuidadora para que falassem o que ele fazia na sala regular e como fazia. Aqui descobrimos que o aluno G. não fazia nenhum tipo de atividade preparada especificamente para atender as suas necessidades de aprendizagem. Toda a proposta de trabalhar com CAA e da importância de se preparar o material para sala regular no formato que ele daria conta de realizar as atividades e aprender sobre o currículo ensinado a turma foi passado para professora, supervisora e cuidadora. Durante o ano de 2013 G. recebeu atendimento no contra turno, duas vezes por semana, da professora itinerante da sala de recurso – DV. A escola foi atendida uma vez na semana para que o trabalho colaborativo acontecesse junto a professora da sala regular e as devidas adaptações de currículo e de material pudessem ser

pensadas em conjunto e dentro da necessidade de G..Aavaliação ocorreu durante todo o processo com análise e registro de todos os avanços de G. nos momentos de aprendizagem que ocorriam no contra turno, na sala regular e junto aos familiares.

DESENVOLVIMENTO

No segundo semestre de 2012o aluno G. que frequentava o Ensino Infantil – Pré II. Numa troca de experiência com a professora da sala de recurso de DA que atendia o aluno G. ficou definido que para o ano seguinte o caminho a ser adotado para sua alfabetização seria a apresentação da CAA. O trabalho da Sala de Recurso – DV com um aluno G. teve início em 2013, quando este aluno foi matriculado no primeiro ano do Ensino fundamental em uma escola da rede municipal de Guaçuí. G.é uma criança com paralisia cerebral, deficiente auditivo, não verbal e possui habilidades comunicativas através de expressão facial. Tem idade correspondente ao ano escolar que frequenta. A primeira abordagem após conhecer todo seu histórico junto a família foi conseguir que ele aprendesse a dizer sim ou não apontando com o olhar. Aprender a dizer sim e não, quero e não quero foi muito importante por que até então ele chorava quando queria ou não queria algo. O choro era uma manifestação de comunicação que a família interpretava com atenção. A partir daí foi oportunizado a ele reconhecer os símbolos do programa disponível na sala de recurso Boardmaker – Speadking Dynamically Pro Windows e associá-los com objetos e uso real. O interesse do aluno G. foi muito grande e logo estávamos no processo de construção de frases e identificação e associação com objetos. Todas as classes de palavras foram ensinadas iniciando com os substantivos, adjetivos, verbos, pessoas e sentimentos seguindo as categorias de apresentação do próprio programa. A família fez parte do processo colaborando e informando todas as preferências do aluno e praticando as atividades que eram propostas para casa. A caixa de cartões de uso em casa crescia a cada encontro pois a mãe levava sempre uma novidade e solicitava a confecção do cartão para antecipar a conversa com o filho.

Concomitante ao trabalho de apresentar todo um vocabulário para G. e iniciar um processo de comunicação com ele falando de coisas que faziam parte do seu cotidiano e de outras que estavam no seu campo visual nos espaços que ele pertencia também iniciamos a preparação de material que lhe dava condição de participar das atividades escolares mostrando sua capacidade para aprendizagem. A preparação de material foi realizada a partir da disponibilização do planejamento pelo professor da sala regular. O professor e o cuidador passaram por momentos de explicação junto ao professor da sala de recurso de como proceder com G. para que ele pudesse ter a oportunidade de compreender o que lhe era ensinado e dar as respostas que lhe eram pedidas. As atividades diárias forma adaptadas para que o aluno tivesse condição de realizar e materiais foram confeccionados e disponibilizados para uso na sala regular para dar apoio às atividades do cotidiano escolar sendo:





Figura 1, 2 e 3. Prancha de comunicação para montar as atividades, prancha cartaz do tempo e caixa com alfabeto adaptado com velcro.



Figura 4 e 5. Prancha para escrita d nome e cartões com foto e nome dos colegas da turma.



Figura 6 e 7. Cartões de CAA sendo que os substantivos foram pensados junto com a professora regente para atender a turma de alfabetização.



Figura 8, 9, 10, 11 e 12. Adaptação de atividade para sala regular a partir da atividade elaborada para a turma.

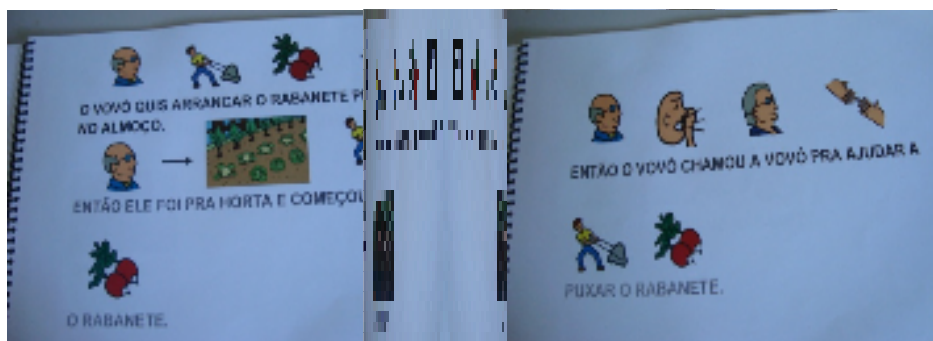
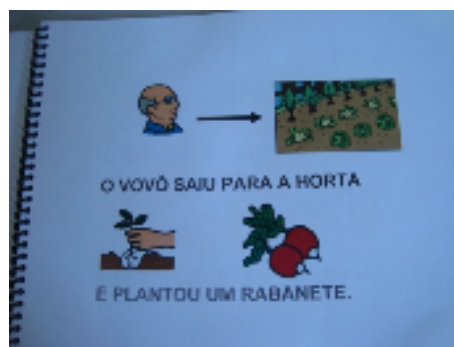
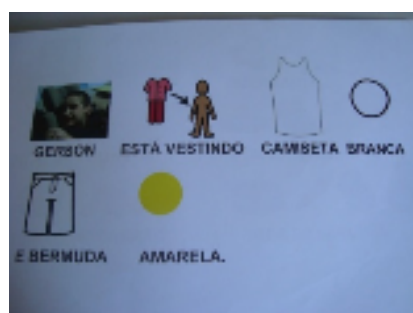
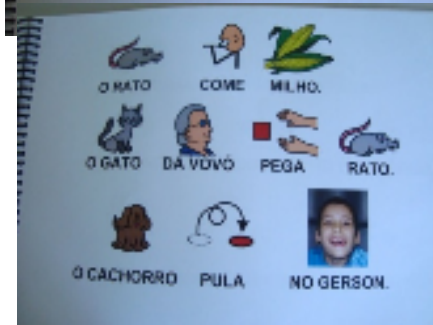
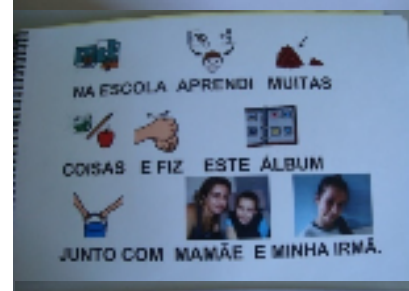
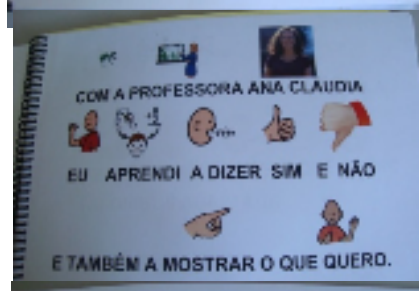
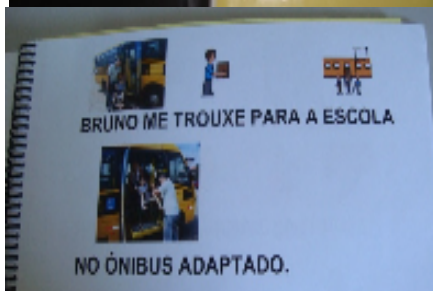
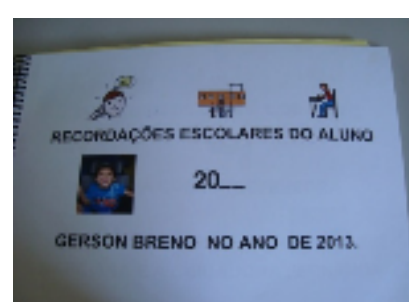
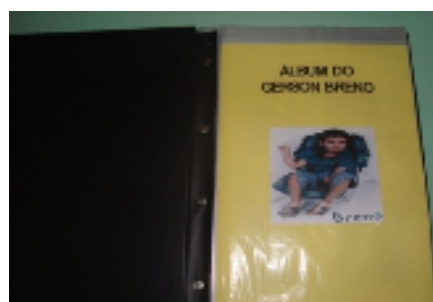


Figura 13, 14, 15, 16, 17, 18. Adaptação de um livro de história que fez parte de sequência didática do Pnaic.



Figuras 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30. Álbum contendo as atividades realizadas no ano de 2013 com o aluno G. na Sala de Recurso – DV para ser utilizado pela família como registro e resgate da memória/tempo passado através das imagens.

CONCLUSÃO PARCIAIS

O aluno G. terminou o 1º Ano do Ensino Fundamental conseguindo acompanhar as atividades previstas para a turma. Ao final do ano de 2013 G. se mostrou capaz de nomear objetos associando-os com um objeto real através do olhar, escrever nomes com apoio visual de figura/palavra apontando para a letra que iria compor a palavra, acompanhar narrativas textuais e livros de histórias e fazer atividades de interpretação das mesmas apontando com o olhar a resposta a cada pergunta feita. Para a professora e cuidadora foram experiências novas que puderam firmar uma expectativa positiva quanto a capacidade do aluno G. de aprender e mostrar o que quer dizer com o olhar.

Assim, a necessidade de usar o material adaptado às suas condições de aprendizagem e a importância do trabalho colaborativo foi reafirmado como essencial no processo de inclusão de um aluno não verbal. Para a família, perceber que seu filho poderia frequentar a escola e fazer atividades com as crianças da turma deram uma visão maior do que a escola pode fazer pela educação de G. e da necessidade de sua participação ativa em todos os momentos de escolarização do aluno. Para o profissional da sala de recurso – DV pode-se antecipar a necessidade em buscar caminhos pedagógicos que garantam a continuidade da aprendizagem de G. nos anos subsequentes de alfabetização que perpassem pelo trabalho colaborativo e pelo uso de CAA. A pesquisa de estratégias, a elaboração e confecção de outros recursos disponíveis com base nos estudos em andamento que permitirão garantir a qualidade de ensinar e aprender destinada a um aluno não verbal. Será necessário provocar mais momentos de interação entre os vários profissionais da educação envolvidos para que todos possam colaborar com sua experiência, crescer profissionalmente e adquirir segurança para atender a demanda de alunos não verbais que estão matriculados na rede municipal de ensino adequando, em cada situação, o que for necessário para garantir a aprendizagem do currículo de base comum correspondente ao ano que o aluno está matriculado.

REFERÊNCIAS

- CORREIA, Vasti Gonçalves de Paula. **A comunicação alternativa como via de acesso à inclusão: visibilizando os potenciais comunicativos de uma aluna com paralisia cerebral.** Gramado: V Congresso Brasileiro de Comunicação Alternativa, 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/teias/isaac/VBCAA/pdf/115897_1.pdf > Acesso em: 15 jul. 2016.
- DELGADO, Sônia Maria Moreira. O papel do interlocutor no processo de interação e comunicação com jovens não-falantes. In: NUNES, Leila R. d'Oliveira de Paula (Org.). **Comunicar é preciso: Em busca das melhores práticas na educação do aluno com deficiência.** Marília: ABPEE, 2011.

GONÇALVES, Agda Felipe Silva. Políticas públicas e inclusão escolar. In: A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE CRIANÇAS, JOVENS E ADULTOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: DESAFIOS ÀS PESQUISAS, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS. 2008, Vitória. **Anais XI seminário capixaba de educação inclusiva**. Vitória: UFES / CENTRO DE EDUCAÇÃO, 2008.

JESUS, Denise Meyrelles de; MILANESI, Josiane Beltrame; VIEIRA, Alexandro Braga. **Cartografando políticas públicas de educação especial na perspectiva da inclusão escolar: de que dispositivos de atendimentos dispomos no estado do espírito santo?** Disponível em <http://web2.ufes.br/educacaodocampo/down/cdrom3/pdf/u1_texto4.pdf>. Acesso em 15 jul. 2016.

MANZINI, Mariana Gurian; MORESCHI, Candice Lima; MANZINI, Ana Carolina Gurian; MARTINEZ, Cláudia Maria Simões; ALMEIDA, Maria Amélia; LURENÇO, Gerusa Ferreira. . **Processo de elaboração de pranchas de comunicação alternativa: parceria com mães de crianças não verbais**. Gramado: V Congresso Brasileiro de Comunicação Alternativa, 2013. Disponível em: < http://www.ufrgs.br/teias/isaac/VCBCAA/pdf/114643_1.pdf > Acesso em: 15 jul. 2016.

MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de; MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **O que pensa a comunidade escolar sobre o aluno com paralisia cerebral**. Marília: Revista Brasileira de Educação Especial, 2004. Disponível em: <http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista10numero2006> Acesso em: 15 jul. 2016.

NUNES, Leila Regina d'Oliveira de Paula et al. Comunicar é preciso: Melhores práticas na educação do aluno com deficiência. In:_____. **Comunicar é preciso: Melhores práticas na educação do aluno com deficiência**. Marília: ABPEE, 2011.

OLIVEIRA, Elizete Costa dos Santos. GONÇALVES, Agda Felipe Silva. **Saberes e Práticas Pedagógicas Inclusivas**. Disponível em <https://proceedings.galoa.com.br/cbee/trabalhos/saberes_e_praticas_pedagogicas_inclusivas>. Acesso em : 17 jul. 2016.

ROCHA, Aila Narene Dahwache Criado; DELIBERATO, Débora. **Tecnologia assistiva para a criança com paralisia cerebral na escola: identificação das necessidades**. Revista Brasileira de Educação Especial: Marília, v. 18, n. 1, Jan.- Mar., 2012, 2011.

SCHIRMER, Carolina Rizzotto. **Acessibilidade na comunicação é um direito – comunicação alternativa é um caminho**. Rio de Janeiro: ProPEd – UERJ – 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php/revistateias/article/viewFile/284/280>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

SCHIRMER, Carolina Rizzotto; NUNES, Leila R. d'Oliveira de P. Introdução a Comunicação alternativa em classes comuns de ensino. In: NUNES, Leila R.

d'Oliveira de Paula (Org.). **Comunicar é preciso: Em busca das melhores práticas na educação do aluno com deficiência.** Marília: ABPEE, 2011.